

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

NÃO PODEMOS CONHECER TUDO EM RELAÇÃO AOS RISCOS:
CONCEPÇÕES EM DISPUTA NO PROJETO DO PARQUE LINEAR
DO ONÇA EM BELO HORIZONTE

Ana Clara Correa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7015>

Submetido em: 2023-09-19

Postado em: 2023-10-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

NÃO PODEMOS CONHECER TUDO EM RELAÇÃO AOS RISCOS: CONCEPÇÕES EM DISPUTA NO PROJETO DO PARQUE LINEAR DO ONÇA EM BELO HORIZONTE

Ana Clara Viana Correa

ORCID: <https://orcid.org/https://orcid.org/0009-0001-0001-3229>

<anaclaravianacorrea@ufmg.com.br>

Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
Belo Horizonte, MG, Brasil.

RESUMO: O artigo analisa as disputas em relação à apropriação dos significados de risco por parte de um recorte da população que está sujeita à remoção para a realização de uma obra de macrodrenagem no Ribeirão do Onça e em posterior a construção de um Parque Linear no local. Será possível discutir como a inserção de projetos de infraestrutura de cunho ambiental podem se desdobrar na produção do espaço urbano, podendo ocasionar o surgimento de novas desigualdades e riscos ou aprofundamento dos existentes. Não se pretende negar a urgência da implantação de infraestruturas, serviços e acesso ao meio ambiente saudável de maneira igualitária na vida dos cidadãos, mas visualizar como o esforço de implantação de parques lineares e urbanos passaram a ter relevância para gestão urbana e podem representar uma reorientação das políticas públicas nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: parques lineares, riscos, ribeirão do onça, gestão urbana, ambientalização.

WE CAN'T KNOW EVERYTHING ABOUT RISKS: CONCEPTIONS IN DISPUTE OVER THE ONÇA LINEAR PARK PROJECT IN BELO HORIZONTE

ABSTRACT: The article analyzes the disputes over the appropriation of the meanings of risk by a section of the population that is subject to removal in order to carry out macro-drainage work on the Ribeirão do Onça and then the construction of a Linear Park on the site. It will be possible to discuss how the insertion of infrastructure projects of an environmental nature can unfold in the production of urban space, which can lead to the emergence of new inequalities and risks or deepen existing ones. The aim is not to deny the urgency of implementing infrastructures, services and access to a healthy environment in an equal way in the lives of citizens, but to visualize how the effort to implement linear and urban parks has become relevant to urban management and can represent a reorientation of public policies in Brazilian cities.

Keywords: linear parks, risks, ribeirão do onça, urban management, environmentalization.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX registraram uma nova atenção para a questão “população e meio ambiente”. A discussão sobre o meio ambiente e as diretrizes políticas em relação a ele

passaram a ter seu lugar garantido na agenda da opinião pública na busca pela gestão da vida de todo planeta (Gomes, 2015). Ela teve seu início nos países desenvolvidos industriais por conta da produção de acidentes industriais ampliados aos riscos produzidos pelo mundo modernizado e por conseguinte, a sua internacionalização¹. Para Lopes (2010), essa discussão faz parte do processo de ambientalização dos conflitos, relacionada à construção de uma nova questão social e pública. Ulrich Beck (1994) em *Sociedade de Risco*, compreendeu que a conjuntura que se despontava sob as cidades eram responsáveis por constituir um novo tipo de sociedade pós-moderna na qual esses "riscos" seriam não apenas efeitos colaterais do progresso, mas elementos centrais e constitutivos da sociedade moderna. Por isso, a problemática do meio ambiente tornou-se objeto da ação dos governos e da sociedade civil que estavam preocupados na “sua absorção pelos cálculos matemáticos, estatísticas, experiências laboratoriais e todas as formas de conhecer e dominar um objeto” (Gomes, 2015).

Sendo assim, as práticas de esverdeamento influenciaram o raciocínio hipotético das sociedades, cada vez mais, recorrem à natureza como um remédio para solucionar os problemas urbanos. É nesse contexto, entre os riscos nas sociedades modernas e o ideário de esverdeamento que os parques lineares despontam na realidade brasileira. Os modelos importados do conceito de corredores verdes (*greenways*) passaram a ser considerados como equipamentos públicos difundidos a partir de experiências inglesas, francesas e estadunidenses no final do século XVIII e início do século XIX e tornaram-se parte da complexa trama do imaginário social sobre a natureza como algo benéfico para as cidades. Natalia Mayorga (2013) identifica que no caso brasileiro, o conceito de Parques Lineares está bastante associado à ideia de recuperação e proteção dos cursos d'água que passam por áreas urbanas e formam fundos de vale onde abrigam, em grande parte, comunidades periféricas. Isso justifica o motivo de os estudos dos parques lineares brasileiros compreenderem esses elementos como instrumentos inovadores para a solução de problemas de drenagem urbana e

¹ O processo histórico de ambientalização, assim como outros processos similares, implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas. Essas transformações têm a ver com cinco fatores: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LOPES, 2006)

reversão de impactos nas fontes hídricas das cidades - o Parque Linear do Ribeirão Onça se enquadra nesse contexto.

A proposta do Parque surgiu da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 2014 para evitar a reincidência de novas ocupações nas margens do ribeirão, e, manteve seu fôlego a partir da densa mobilização realizada pelo COMUPRA (Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu) e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, que pressionaram a Prefeitura ao longo de anos, de 2013 até os dias atuais pois sofriam com inundações nas épocas de chuva. Os alagamentos do Ribeirão do Onça e de seus adjacentes também causam transtornos em avenidas de alto fluxo, como a Avenida Cristiano Machado, Teresa Cristina e MG 20. Por isso, obras de macro e microdrenagem na região foram licitadas em 2011, com o objetivo de prevenir enchentes e facilitar o escoamento das águas nas principais bacias hidrográficas do município. O parque tem intenções grandiosas, almejando não só ser um dos maiores de Belo Horizonte, mas também recuperar e conservar as margens do Ribeirão do Onça e Gorduras, tratar das áreas de risco de inundação e a criar novos espaços verdes na cidade.

A preocupação com os riscos geológicos e de inundação conduzem todo o Diagnóstico Propositivo do Parque Linear do Onça. É a partir dessas formas de categorização de risco que busco investigar como o risco pode se mostrar um conceito polissêmico e controverso ao ser entendido de diferentes formas por diferentes atores sociais. Utilizando o Diagnóstico Propositivo como ponto de partida, sigo em direção aos sujeitos que são objeto das iniciativas de gestão urbana operadas pelo Estado. Os resultados dessa discussão são baseados no estudo de caso da monografia de minha autoria, realizada para a graduação de Bacharel em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada "ACHO QUE O PARQUE VAI SER BOM, TEM QUE TER O PARQUE, MAS AÍ A GENTE JÁ NÃO VAI TÁ MAIS AQUI PRA VER" - Estudo de caso do Parque Linear do Onça (2022).

Fundamentando uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas e observação participante, estudo as percepções, experiências e estratégias dos moradores diante das intervenções urbanas que afetam o seu território. Argumento que o risco não é apenas um fenômeno objetivo e mensurável, mas também um produto social e político, que envolve disputas de poder, interesses e valores. Na pesquisa de campo, busquei relatos orais de sujeitos em diversas situações em relação ou não à remoção, possibilitando acessar diferentes perspectivas vividas durante o processo de

implementação do projeto. Foram realizadas 30 entrevistas semi-estruturadas nos bairros Novo Tupi e Vila Ouro Minas, escolhidos de acordo com o critério de vulnerabilidade indicado nos mapas produzidos pelo Diagnóstico Propositivo.

PARQUES LINEARES URBANOS E AS NOVAS MORALIDADES ECOLÓGICAS

Os benefícios na valorização de espaços verdes urbanos parecem ser incontáveis, desde o aumento da resiliência climática, manejo de águas pluviais, melhorias na saúde e manutenção da biodiversidade até a aderência da participação pública, fortalecimento da coesão social e disposição cidadã para pagar pelos custos embutidos nas construções e manutenções (Anguelovski *et al.* 2022, Haase D *et al.* 2017, de Oliveira e Mell 2019). A nova virtude do milênio, impulsionada por agendas globais de sustentabilidade, é explorada nos estudos de Margarita Triguero-Mas *et al.* (2022), Haase *et al.* (2017), e de Oliveira e Mell (2019) que observaram projetos na América do Norte e Europa Ocidental que se propunham a criar ou restaurar espaços verdes e outros ambientes vegetados, como parques, vias verdes e jardins, bem como espaços azuis de orlas e rios.

A absorção global da ambientalização ganhou força principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, inclusive no Brasil. Carvalho *et al.* (2011) revisam esse fenômeno social como um novo fato social, capaz de interferir na transformação de questões, práticas e lutas. A intensificação dos efeitos colaterais na era moderna projetou a questão ambiental para além do preservacionismo e do conservacionismo, agregando os movimentos ecológicos e outros diversos movimentos sociais em uma evocação sincrônica pela consciência ecológica. Vieira (1992), remonta que a difusão do discurso em torno de um “ideário de esverdeamento” (Carvalho *et al.*, 2011) tornou-se fator paradigmático de legitimação dos discursos e práticas do planejamento urbano e regional após a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972.

Uma das evidências mais palpáveis da convergência entre o planejamento e a sustentabilidade é a proposta de cidades sustentáveis da Organização das Nações Unidas. O item 11.b havia estabelecido a meta de ampliar a implantação de políticas e planos integrados para lidar com gestão dos recursos naturais e remediar as mudanças climáticas e desastres; e desenvolver, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis. Sua adoção por mais de trinta países compeliu uma mobilização global em busca da reinvenção de cidades conscientes ambientalmente capazes de

reintegrar a natureza à malha urbana. Mas Haase D *et al.* (2017) alertam que, em determinadas circunstâncias, as estratégias de ecologização comportam um risco paradoxal de fomentar uma maior desigualdade entre grupos sociais, em vez de promover a coesão social e a inclusão.

Nesse sentido, é inevitável questionar-se se não há intencionalidade dos compromissos socioambientais (vistos como efeitos políticos inesperados ou externalidades), ou se são deliberadamente aceitos ou até mesmo desejados quando se empregam estratégias verdes para a renovação urbana (Haase D *et al.*, 2017). Marchezini (2009) corrobora com esses questionamentos ao elaborar o conceito de mecanismo solução-problema em referência da necessidade da criação de mecanismos para prevenir e/ou mitigar os desastres. O movimento de remeter as causas da questão ambiental a agentes externos ameaçadores, não viabiliza a possibilidade de considerar as soluções mais adequadas para os problemas surgidos, mas sim a aplicação de soluções existentes na própria instituição (Marchezini, 2009). Nesse caso, no contexto brasileiro de implantação de Parques Lineares, a ênfase da realidade está vinculada às chuvas como causadoras de enchentes, inundações, deslizamentos e possíveis desastres, deixando em segundo plano o contexto das desigualdades socioterritoriais produzidas historicamente.

Limonad (2013) tem a cautela de prescrever como essa “gramática da ecologia” (Limonad, 2013), passou a ser evocada como uma forma de dar legitimidade e valor positivo a todo tipo de proposta, prática e objeto. Apresentada por conceitos neutros, universais e acima de conflitos de classe, essa gramática tornou-se uma obsessão generalizada, o que culminou em diversas propostas conflitantes para o uso da natureza. Isso porque, cada um propõe a assimilá-la com base em agendas e interesses diferentes e às vezes totalmente contraditórios, partindo do pressuposto de que isso está claro e implícito em suas propostas. Logo, a empreitada do planejamento urbano verde não está imantada de benefícios imaculados, imune a efeitos colaterais previstos e não previstos de sua execução, principalmente quando se debruçam sobre a população de baixa renda. A perspectiva sociológica crítica nos convida a observar a amplitude desses benefícios e como as decisões para tais são tomadas. Anguelovski *et al.* (2022) apontam que, mesmo com intervenções em defesa de um urbanismo verde, ainda persistem, se agravam e se desdobram as disparidades na alocação e no acesso a áreas verdes, especialmente por critérios de raça atribuídas a um contexto histórico e social que produziu e consolidou padrões de segregação. Revelando que tendências globais da ambientalização do discurso do planejamento, apropriado por interesses diversos, nem sempre são tão honestas quanto ao propósito verde.

É através dessa contradição de práticas contemporâneas de valorização de espaços urbanos verdes, que pretende-se localizar os Parques Lineares como um instrumento constitutivo dos processos de ambientalização do planejamento urbano sujeito à disputas de representações e apropriações. Construídos paralelamente aos cursos d'água, como rios, lagos e córregos, os parques prometem ser um recurso aliado à remediação da crise ambiental. Não há dúvidas que o assoreamento provocado pelo movimento de terras, o esgoto descartado a céu aberto diretamente nos cursos das águas e a ausência de cobertura vegetal, afetam a permeabilidade do solo e contribuem para processos erosivos. Entretanto, o que se discute aqui, é como o esforço de implantação de parques lineares e urbanos, tem relevância para gestão urbana e representa uma reorientação das políticas públicas (Sandeville Jr e Angileli, 2017). Diante disso, para além de uma dicotomia entre formas opostas de representação das cidades, a criação de Parques Lineares permite reflexões interessantes sobre as contínuas negociações e disputas do espaço urbano. Entre a instauração de uma normatividade fundada no horizonte de uma missão “ecocivilizatória” (Carvalho *et al.*, 2011) e as apropriações antinormativas do espaço por comunidades periféricas frente a um projeto civilizatório em crise, essas tensões vão construir e moldar a vida urbana.

O PARQUE LINEAR DO ONÇA

O Parque Linear do Onça será implantado junto ao leito natural do Ribeirão do Onça, abrangendo também trechos do afluente Córrego Gorduras. Esses cursos d'água margeiam a MG-020, que conecta Belo Horizonte a Santa Luzia, na região metropolitana, e adentram para o interior dos bairros, na região do Novo Aarão Reis e Ouro Minas. O projeto foi desenvolvido em um Diagnóstico Propositivo pela PBH e Programa Nascentes, que junto da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e da Subsecretaria de Planejamento Urbano (Suplan), direcionam as ações para a implantação do parque. A proposta de implantação do Parque Linear do Onça surgiu em função da necessidade da implantação do projeto “*Otimização do Sistema de Macro e Microdrenagem das Bacias dos Ribeirões do Onça, Pampulha e Córrego Cachoeirinha (SMMMA Cadastro nº: 14.871/19)*” que foi licitado em 2011, essas obras de preveem entre outras ações, o alargamento dos leitos desses córregos e portanto, a desapropriação de cerca de 1.400 famílias ribeirinhas para a construção do parque (Manuelzão, 2013).

Em 2020 a PBH deu início à primeira etapa das obras de otimização do sistema de macrodrenagem da Bacia do Ribeirão do Onça para conter o fluxo das águas, diminuindo o risco de

enchentes na região Nordeste. As intervenções estão sendo feitas através de paredes diafragma e vigas de coroamento que receberão a estrutura de fechamento do canal. Contudo, esse tipo de obra contraria análises de ambientalistas e também de movimentos sociais que lutam pela manutenção e limpeza do ribeirão². Isto posto, a implantação do sistema de canalização que está em andamento no Onça segue na contramão dos pretextos ambientais e sociais que justificam a construção do parque elaborados pelo Diagnóstico Propositivo. Na verdade, o desenho da proposta como um todo parece se contradizer em suas promessas ambientais e também acaba por desconsiderar as demandas da população local, que foi motivada a acreditar na restauração do leito original do Onça, na limpeza da água e na possibilidade de conviver e usufruir daquele curso d'água. Inclusive, as frequentes reivindicações do COMUPRA se transformaram na “Meta 2025: nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça” (Wstane, 2021). Entretanto, onde essa meta se encaixaria no estilo de macrodrenagem que está sendo projetado e implantado atualmente?. Evidencia-se, assim, a disputa de apropriação do projeto.

Nesse sentido, as atuais notícias disseminadas em relação ao projeto, acabam por ocultar os conflitos de sua implantação. Para a população em geral, o parque aparece como uma mudança positiva, sendo menos relevantes quaisquer questionamentos que coloquem em xeque os efeitos da intervenção prevista. Ainda assim, os conflitos existem. O estudo de caso na íntegra permitiu compor as estratégias legais, políticas e discursivas acionadas pelo poder público para isso: o principal argumento sustentado no Diagnóstico Propositivo expressa a preocupação com os riscos geológicos e de inundação para as habitações que margeiam o ribeirão, empregando o caráter de urgência às remoções, em nome da segurança dos moradores. Essa lógica se enquadra na concepção comum entre os planejadores urbanistas, em que a segurança é imediatamente associada às favelas (Vainer, 2000). Entretanto, Vargas (2009) apresenta que a população que sofre de invisibilidade constante, experimentando um histórico de abandono e silenciamento de suas demandas, desconfiam da movimentação do Estado ao tornarem-se objeto de preocupação a partir de um risco iminente. A narrativa dos entrevistados ilustra essa situação. A inserção do projeto no local não

² “A canalização não é uma solução para o problema, mas sim um dos motivos que contribuem para a ocorrência de inundações, já que esse tipo de empreendimento faria com que a violência das águas aumentasse. É o movimento de fazer com que um rio cheio de curva, parecendo uma cobra, se pareça com uma régua. Eles utilizam esse rio reto para construir vias para transporte. Mas a curva do rio não está lá à toa, ela diminui a velocidade da água. Às vezes, a canalização pode resolver o problema de um bairro por dois, três anos, mas é jogar o problema adiante. A aceleração ocasionaria, ainda, a morte da vegetação e de animais.” (Apolo Heringer Lisboa - Médico sanitário, ambientalista e criador do Projeto Manuelzão)

remete a sensação de segurança e nem mesmo a uma mudança positiva pensada para a população, mas sim a uma permanência na forma com que o poder público trata as periferias:

“Na minha percepção, no meu sentimento, a prefeitura tava com projeto de tirar a gente lá já faz é muito tempo, moça. Sabe porquê? Porque isso atrapalha outras pessoas que não moram aqui também. Entra ano, sai ano, vem promessa de resolver enchente, pra não alagar na São Gabriel, pra não alagar em avenida. Pra fazer isso tem que fazer o que eles normalmente fazem, aumentar as paredes do rio pra água ir direto, tô errado? E nós tamo aonde? No rio uai, sobra pra gente. Mas a gente tá aqui, porque é isso que a gente tem. Essa é a minha percepção.” (Z., bairro Vila Ouro Minas, 2021)

“Eu acho que o que preocupa é se tá bom pras avenidas, porque você escuta notícia quando chove falando sempre primeiro das ruas. Que alagou Cristiano Machado, Risoleta Neves, na 240, na Camilo Teixeira. Fala o ruim pros carros aí. Só se o bicho pega, eles falam de nós, de como pode dar ruim nas casas. A gente não é nada pra eles” (S., bairro Vila Ouro Minas, 2021)

A concepção de que a nova organização do espaço surge como um beneficiamento incontestável se mostra como um contundente esforço de condensar uma mudança social. Desqualificando as formas históricas de construção do espaço logradas na periferia, “esses espaços passam por processos de “naturalização” da falta, que propicia as condições necessárias para que possam ser remexidos e remodelados pelo poder público, a fim de adquirir funções produtivas e lucrativas” (Lopes, 2010, p. 17). Pela disseminação da percepção de que a precariedade da favela está associada à sua forma, ao seu padrão de ocupação e de apropriação dos espaços e não à falta de investimento de recursos, decorrentes de produções seculares de desigualdades, essa prática discursiva revela como atuam os instrumentos de controle social e de vigilância sobre o território e sobre as populações (Foucault, 1999). Nessas condições, mediante à oferta de acessos a serviços básicos e infraestrutura e a moradia oferecidos pelo projeto do parque, assegura-se a construção de diversos equipamentos urbanos que ainda são precários na região e são respectivos do desejo de quem não tem acesso a isso. É exatamente através do desejo que o biopoder (Foucault, 1999) se localiza nas articulações no centro da vida, definindo não só as formas de utilização dos espaços mas também incorporando um modo de vida interligado à regulação indireta das condutas.

Nesse cenário das operações urbanas não podemos olvidar os potenciais benefícios resultantes para a cidade que se torna mais atrativa e competitiva por via da revitalização estética. Os argumentos de Anguelovski *et al.* (2022) corroboram com esse contexto, de acordo com os autores as intervenções podem aumentar o valor e a demanda por imóveis em determinadas áreas, gerando processos de expulsão e exclusão de populações de baixa renda e de grupos e culturas racializadas. Isso reforça uma distribuição cada vez mais desigual de bens tanto em relação ao acesso a serviços urbanos áreas verdes, bem como a exposição desigual aos riscos. Nota-se que, paralelo à grande reestruturação urbana devem também ser reforçadas - em um efeito centrífugo - fronteiras urbanas,

no qual os grupos sociais mais frágeis não irão se beneficiar destas transformações, já que os projetos não garantem a permanência destas comunidades na região (Observatório das Remoções de São Paulo, 2018). Denominado como um “fenômeno de gentrificação verde” (Anguelovski *et al.*, 2022), os espaços alvos de ações de esverdeamento urbano podem se tornar “paisagens verdes disruptivas”. Isso quer dizer que não impera simplesmente uma nova política de planejamento das cidades (Rolnik, 2015), mas sim uma interligada configuração de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro acompanhados pelo consentimento do Estado, que repercutem imensamente no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos.

RISCOS SÃO O QUE NÃO FALTA: AS PERCEPÇÕES DE QUEM MORA NO RIBEIRÃO DO ONÇA

“Falta tudo, não existe urbanização.” (Z. 72 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2021), esse recorte foi retirado de um trecho da entrevista com um morador da Vila Ouro Minas e remonta a face genuína do que é compreendido pela comunidade permanentemente como um risco em seus cotidianos. Existir na cidade já parece ser arriscado demais - o esforço em preservar as próprias batalhas e seus ativos sociais e materiais frente às adversidades de acesso à cidade demonstram que o medo de perder o que foi conquistado se apresenta como um risco em si que nunca acaba. Nesse sentido, a pobreza pode ser considerada como uma posição socioeconômica de risco, pois contribui não só para outras percepções possíveis dos riscos, como também condena os mais pobres a assumirem os riscos como inerentemente seus e não produzidos por toda a comunidade.

Durante as entrevistas, os moradores queriam contar o que faltava. O incômodo latente se revelava com a falta. Mesmo estando nas margens do ribeirão do Onça, a força e a poluição de suas águas não pareceu disruptiva o suficiente para desestabilizar por completo seus cotidianos. Entre as faltas, estavam a de proximidade de serviços básicos como as unidades de saúde e o comércio diversificado, fazendo-se necessário percorrer maiores distâncias. A de abastecimento de água que acabava na inevitabilidade de ligações clandestinas para a obtenção de água encanada, e provocavam conflitos com a companhia de abastecimento. A de canalização do esgoto, que ocasionava no escoamento pelas ruas ou até mesmo o direcionamento dos canos de suas casas para o ribeirão, sendo a única opção para não lançar águas nas ruas e incomodar os vizinhos. A de coleta de lixo nas localidades onde o caminhão não chegava, causando desassistência ao longo de semanas. E

principalmente a de energia elétrica, que resultava no "gato" de luz, gerando acidentes e falta de luz, além de intensos conflitos com os bairros vizinhos dos quais a energia é "puxada".

A "falta", frente aos riscos de deslizamentos e inundações, constrange as prioridades elencadas pelos "sistemas peritos", retratando a inferência Guivant (1998), de que não podemos conhecer tudo em relação aos riscos. A racionalidade que se procura evitar, pode não ser efetivamente, o que provocaria mais danos à comunidade. Desencadeando uma resistência ao discurso técnico, uma vez que os moradores podem não compreender as motivações do poder público. Afinal, "como seria possível àqueles que são invisíveis a maior parte do tempo para o Estado e para a sociedade organizada aceitar que, ocorrendo o desastre (ou sucessão de emergências e calamidade), tornaram-se, desde ali, objeto de preocupação para o outro?" (Vargas, 2009, p.84). A desconfiança da população vitimada em relação a essas ações justifica-se pelo histórico de abandono e silenciamento, sendo incapazes de ser consideradas como um resquício de proteção social, mas como um esforço de deslocar a vulnerabilidade sem resolvê-la (Valencio, 2003).

Por isso, não curiosamente, as enchentes não foram relatadas por todos os entrevistados. Quando abordadas, de fato, foram apontadas como um grande problema nas épocas de chuva, mas o que parece ficar evidente é que existem problemas cotidianos que ficam em ênfase durante todo o ano, tornando-se muitas vezes prioridade em relação aos riscos provenientes do ribeirão. Essas situações revelam como a percepção do risco por parte dos moradores do Ribeirão do Onça é um ponto importante para interpretar como se desenvolve a resposta e atuação daquela população nos períodos de chuva, assim como a razão pela qual continuam vivendo em um lugar sujeito a essas condições. Os episódios de enchentes e inundações invadindo casas e gerando vítimas não são a regra naquela região, nem todos os entrevistados vivenciaram a água entrando em suas casas, mas os poucos entrevistados que já tiveram suas casas tomadas pelas águas relataram que não costumavam sair do seu local de residência, caso não houvesse algum episódio de urgência iminente da defesa civil. Então, a sujeição à noção de uma possível ameaça futura, acabará sendo interpretada como algo secundário.

No caso dos moradores que não sofriam com a água entrando diretamente em suas casas, a percepção de risco de inundação era diferente, situação que corrobora para que eles não se considerassem sujeitos diretamente àquele risco, pois esse não era um problema vivenciado cotidianamente. Contudo, Diagnóstico Propositivo do parque projetou a nova mancha de inundação

do ribeirão após a implantação da macrodrenagem, inserindo muitas habitações que não vivenciavam as enchentes mas que precisariam lidar com o fato de que com o novo projeto, suas casas não poderiam mais existir, pois por ali a água iria passar. Vargas (2006) aponta que nesse tipo de situação, o risco é reinterpretado a partir do aparecimento da ameaça de expulsão. As falas dos moradores inclusive levantam possíveis estratégias a serem adotadas através do investimento de recursos financeiros no bairro, sugestões que, para eles, poderiam solucionar os problemas da região, sem que houvesse remoções. Infelizmente, a quantidade de moradores sujeitos à remoções que desconhecem essa condição dentro da mancha de inundação é infinitamente maior do que a dos que estão cientes.

“Eu escutei pelo pessoal aqui que a gente tava em área ilegal, que onde a gente mora não pode. Então eu não sei onde pode morar, uai! Se é ilegal por causa de tá perto do rio e o resto de um tanto de prédio lá no centro que fica no meio daqueles ribeirãozão de concreto, mora em cima deles praticamente? Eu moro aqui há 36 anos e sempre pude morar e agora não dizem que não pode... o que não pode mesmo é ficar sem as coisas de acesso sabe? As coisas que nossa dignidade merece. Eles podem fazer um projeto pra ajudar a gente nisso, por exemplo, a luz que é gato aqui, nem todo mundo recebe água ou esgoto que passa na casa, mas tirando essas coisas de estrutura que eles podem resolver não entendo não poder morar. Acho que dá pra morar sim, acho que tem é que fazer as estruturas pra gente viver melhor aqui e ponto” (G. 61 anos, Bairro Vila Ouro Minas, 2020)

A ausência de fatores que possibilitem e sustentem a mobilidade também acompanha a latência dessa posição socioeconômica do risco. Por isso, é preciso ter em mente não apenas a capacidade de deslocamento dos mais vulneráveis, mas também a mobilidade do capital, e do capital imobiliário em particular, que configura a organização socioespacial nos grandes centros urbanos (Mattos, 2018). Algumas justificativas sobre a disposição de morar em áreas de risco puderam ser identificadas durante as respostas dos entrevistados nas perguntas sobre o acometimento das enchentes e sobre uma possível mudança de bairro. Muitos moradores residem na região pois conseguiram adquirir lotes a preços acessíveis em relação aos demais locais da cidade, e, dessa maneira, se desvincularam do aluguel. A proximidade de vias principais que se conectam aos núcleos centrais da cidade e a possibilidade de acessar uma maior diversidade de transporte público também estimula a permanência no local, uma vez que permite alcançar mais oportunidades de trabalhos e deslocamentos diários.

Debruçar-se cuidadosamente do contexto de vida dessas comunidades pode explicar a aparente “insensata” permanência de quem mora na beira dos córregos. Isso porque, a escolha e a racionalidade prática desses indivíduos em muitas vezes não abandonarem locais ambientalmente degradados é o resultado da relação de poder assimétrica na sociedade. Sayad (1998), utiliza o termo de “refugiados ambientais” para essa categoria que condena a população pobre a assumir estados de vulnerabilidade e riscos como inerentemente seus e de seus modos de vida, e não de toda a

comunidade. Mesmo antes de serem atingidos por alguma situação ambiental extrema, o fato daqueles indivíduos residirem áreas ambientalmente vulneráveis, já denuncia as relações desiguais resultantes do pacto social.

“Casos como estes parecem sugerir que o Estado – ainda que com diferentes atuações ao longo do tempo e conforme o contexto – mais do que a natureza, figura como um dos principais agentes provocadores de um deslocamento contínuo ou circular de ‘refugiados’ ou deslocados urbanos. Contínuo, pois, ano após ano, famílias são removidas para a execução de obras viárias, de saneamento, implantação de parques, dentre outras. Circular porque muitas das famílias removidas em um primeiro momento são novamente objeto de políticas de deslocamento compulsório, seja porque voltaram a morar nas antigas áreas, normalmente consideradas áreas de risco, desvalorizadas pelo mercado, seja porque a área de sua nova moradia passou a figurar dentro de novos projetos da municipalidade” (Viana, 2015)

O risco também pode estar intimamente vinculado à perda das redes sociais, pois, nas redes sociais não circulam não apenas trocas e ajudas materiais e imateriais, mas também legitimação de suas existências, “nomes e formas de categorizar o mundo que, de forma alternativa, conformam vivências e percepções diferenciadas do risco” (Viana, 2014, pg. 46). O apoio dos vizinhos e a consolidação das redes de sociabilidade são pontos elencados pelos entrevistados para justificar o fato de persistirem morando durante tantos anos nas margens do Ribeirão. A oportunidade de continuar ocupando o local foi assinalada pelos moradores com um tom de carinho em suas falas.

“O bom é que aqui a gente pode ser como a gente é, pode andar na rua do jeito que quiser vestir que as pessoas não vão te achar mal. Cada um cuida da sua vida mesmo, mas tem muitos amigos. As crianças brincam junto na rua, o portão da minha casa fica aberto assim (...) Eu mesmo não tenho familiares aqui no bairro não, mas meus vizinhos são tudo muito próximos porque a gente tá sempre em contato, fazendo coisas junto” (G. 38 anos, Bairro Vila Ouro Minas, 2021)

“A maioria do povo é tudo gente conhecida, a gente sabe do lugar que veio, aí dá vontade de morar aqui, eu vim de São Paulo pra cá, cheguei aqui faz 10 anos, fui bem recebido, já construí aqui do lado dessa casa aqui, essa outra aí do lado é do meu irmão, no meu lote tem nascente de água” (S. 50 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2021)

O bairro é compreendido como espaço de materialização da vida cotidiana em todas as suas esferas. A vivência naquele local remete aos entrevistados boas e ruins experiências. Lopes (2010) afirma que é justamente nesses opostos que a riqueza das possibilidades de uso do espaço estabelece, diferentemente da cidade formal. Já o espaço da casa revela o seu valor de uso para além do valor de troca, que abrange toda a luta para a construção da casa e as convivências e configurações familiares. O retrato da relação de quatro vizinhos entrevistados que moravam em um dos barrancos bem próximos a um paredão alto por onde as águas do ribeirão desciam foi extremamente valioso. Eles apresentaram todo o esquema de contenção que fizeram para segurar o terreno. Juntos, os vizinhos observam cotidianamente a estrutura do barranco e buscam formas de melhorar as condições da sua rua. Eles relataram que estão há anos se dedicando para as melhorias na região:

“Porque os moradores aqui a gente reúne, igual tinha uns buracos ali, a gente já quebrou e já tampou eles que vai causando mesmo. A gente vai tentando o máximo possível, se for nos becos ali, o pessoal já comprou concreto e jogou porque a prefeitura não vem e não faz. Quando precisa de uma melhora aqui a gente junta o dinheiro e chama o caminhão de concreto e vai jogando o concreto.” (G. 38 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2021)

Mesmo que exista o desejo de permanecer no local, esse desejo não é capaz de sustentar a permanência das famílias que estão sujeitas às altas nos valores de imóveis na região, à diminuição da oferta de imóveis vazios devido às obras de infra-estrutura e ao aumento na procura por aluguéis por parte das famílias removidas que foram inseridas no programa Bolsa Moradia (Motta, 2013). Na maioria das situações (Motta, 2013, Viana, 2015, Silva, 2017, Mattos, 2018), as indenizações não são suficientes para adquirir uma moradia no mercado imobiliário formal em outra região que não seja ainda mais periférica e carente de infraestrutura. Ou seja, as famílias não têm a possibilidade real de escolha que foi destacada nos documentos oficiais do projeto. Dessa maneira, de acordo com Vargas (2009), o mero deslocamento espacial não implica, necessariamente, na redução de sua condição vulnerável. A imposição das remoções como a única alternativa possível de contornar o risco institucionalizado não acompanha uma ponderação considerada como justa para os moradores, que não se sentem contemplados por garantias concretas de acesso à nova moradia em condições no mínimo igual ou melhores do que aquelas condenadas (Vargas, 2009). Há, portanto, no contexto do risco das remoções, outras possíveis formas de interpretação, nas quais uma delas é a representação de garantia que a permanência no local possibilita, por mais insegura que possa parecer. Muitos dos relatos, além de reafirmar o desejo em permanecer no local, apresentaram a incompreensão com a possibilidade de solução apresentada pelo poder público, na qual o próprio morador buscava apresentar outras soluções possíveis de acordo com suas assimilações sobre a situação.

“(…)Me fala, esse pessoal aqui tem que pagar o preço da minha casa levando em conta todo o suor meu e da minha esposa, mas aqui é favela, eles mesmo que pagar não vai ser o preço de comprar uma casa melhor que a minha em outro lugar não. Ai fica difícil” (G. 61 anos, Bairro Vila Ouro Minas, 2020)

“Eu não gostaria de sair por aqui, aqui é favela, é desvalorizado. A minha casa é boa, é estruturada, eles vão precisar me dar o preço do reajuste de tudo que eu gastei aqui pra eu ver se compro uma do mesmo padrão em outro lugar. Mas eu ia achar ruim ter que sair. Aqui já tá tudo encaminhado, por mais que tenha esses problemas, eu já tenho um projeto de evangelização ali embaixo que a comunidade participa, então isso é importante pra mim.” (G. 38 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2021)

Além disso, é importante perceber que nas falas dos entrevistados há a expectativa e o aguardo para obras de melhoria em relação às chuvas, afinal, eles são os mais afetados. Eles desejam vivenciar esses reparos no bairro. Entretanto, muitos dos entrevistados não imaginavam que a

realização de uma obra de infraestrutura, como a obra do Parque Linear do Onça, exigiria a remoção dos mesmos.

“O povo que tá lá pra cima do bairro nem deve saber o que vai acontecer o parque, nós tamo aqui embaixo do lado da água e a gente já não sabe direito. 85 O povo tem que ter o direito de saber, se ninguém aparecer pra conversar com a gente não tem como saber” (G. 38 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2021)

O segundo bairro entrevistado foi o novo Tupi. Ele é um dos bairros que receberam famílias realocadas em decorrência das obras de implantação do metrô na MG-020. O lado do bairro mais próximo do rio possui, segundo o mapa do projeto, altíssimo risco de inundação, mas, segundo o Memorial Descritivo, pode ser retirado da área do parque e a população deve permanecer lá. Por outro lado, caso a remoção ocorresse, tratar-se-ia de uma população reassentada duas vezes pela prefeitura, em duas diferentes obras.

“Eu não gosto não. Eu vim pra cá por causa da obra do metrô. Eu morava mais pra baixo, do outro lado da via, lá era mais prazeroso pra mim.” (J.N. 43 anos, bairro Novo Tupi, 2020)

“Olha, eu nem queria vir pra cá porque aqui não tem muita coisa. A casa que eles me arrumaram é boa, não tenho o que reclamar dela, mas desde que eles me mandaram pra cá, eu nunca nem vi o cheiro da escritura da casa e isso faz anos já viu. Pra quem eu vou pedir isso? Já tentei correr atrás, mas fala com um, fala com outro, diz que vão mandar alguém aqui. Como que eu vou saber que isso aqui é meu? E se eles vierem aqui um dia me botando pra outro lugar falando que eu não tenho papel, e que, por isso, não é meu?” (T. 48 anos, bairro Novo Tupi, 2021)

Mais de um morador assinalou ter sido realocado do bairro antigo em função de uma obra de mobilidade de trânsito, mas nesse estudo de caso não foi possível encontrar informações completas sobre qual obra específica se tratava (CBTU ou BRT). Essa situação aponta para a mudança do anterior local de vulnerabilidade para outro também vulnerável, retornando esses indivíduos para o circuito de compulsoriedade por conta do risco de remoção através do projeto do parque. Trata-se de um contexto violento em que provisoriade/permanência e visibilidade/invisibilidade se alternam de tempos em tempos. Os moradores realocados anteriormente alegam nunca terem recebido os documentos do imóvel atual. Essa é outra marca de violência simbólica, que acaba por produzir apreensão nos indivíduos sobre sua legitimidade em morar e a continuidade da permanência no local. Fato esse que constringe até mesmo a realização de melhorias, modificações e vendas de seu imóvel. A esse exemplo, Silva (1997), relata que famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que sofreram reassentamento por três vezes. Outro exemplo é o projeto de implantação das obras do DRENURBS na bacia do córrego Bom Sucesso, onde as famílias foram removidas de uma área de risco para realização das obras de ampliação e canalização do Rio Arrudas na década de 1990, e foram deslocadas novamente para a construção e ampliação da principal avenida de ligação entre duas regionais de Belo Horizonte.

O discurso empregado, pelo diagnóstico propositivo do Parque Linear e por alguns apoiadores do parque, é de que o projeto visa proteger o curso natural do Ribeirão do Onça em uma tentativa de resgatar o contato físico entre população e cursos d'água, rompendo a cultura da cidade de ignorar os rios. Com efeito, o projeto resgataria o valor intrínseco do espaço, protegendo-o e evitando as inundações que ocorrem na região. Por outro lado, de acordo com dados do Observatório de Remoções da cidade de São Paulo (2012), o que vêm se observando na atualidade em relação à implantação de Parques Lineares desse porte é que:

“Apesar das dimensões do fenômeno em curso, não há uma visão do conjunto dessas ações e de suas consequências sociais, bem como há uma quase total ausência de informações públicas sobre remoções: número de famílias e pessoas atingidas, destino dos removidos, forma de atendimento, entre outros. Como agravante, multiplicam-se as denúncias – à imprensa, à Defensoria Pública, à Relatoria e entidades de defesa de direitos - de uso da violência durante remoções, e de negligência no atendimento adequado da população afetada por parte do Poder Público” (2012, pg.2).

O Diagnóstico Propositivo, ao optar por uma interpretação espacial da realidade local através da construção dos objetos de risco cuja produção e análise são de responsabilidade preponderante de peritos técnicos revelam a conveniência da utilização dessas ferramentas discursivas para justificar na agenda das decisões públicas. Ao constantemente “territorializar os pobres” (Valencio, 2009), a cartografia do risco se impõe através de uma predominância técnica, “que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações.” (Valencio, 2009, p.36). Isso implica dizer que, sob uma narrativa de compromisso com o valor da vida humana e o bem-estar geral, se autoriza a construção de índices em uma cartografização da cidade que descarta a compreensão dos fatores de ameaça no terreno de uma dimensão sócio-histórica mais abrangente e relacional (Valencio, 2009). Impossibilitados de incorporar reflexões sobre as dinâmicas relacionadas aos processos de produção da pobreza e exclusão, esses índices não consideram os aspectos processuais e relacionais da produção social da vulnerabilidade (Acsegrad, 2013).

Telles (2003) ressalta que essa limitação de mensuração não decorre apenas da dificuldade metodológica ou técnica: “por trás da grade de índices e medidas fornecida pelas estatísticas há o lento, tortuoso e quase sempre conflituoso processo de construção social dos “objetos” ou dos “fatos sociais” que são alvo do debate e da ação política” (Telles, 2003, pg.3). Desse modo, a disputa conceitual sobre risco e vulnerabilidade é também uma disputa política no campo de representações, através da constituição de determinados “fatos sociais”, nos quais as estatísticas e os métodos quantitativos, mesmo que sejam produzidos através dos princípios de objetividade e cientificidade são impregnados de um sentido político (Viana, 2015).

Os desenhos arquitetônicos de como será o parque, presentes no Memorial Descritivo, apontam para um padrão da cidade completamente diferente do existente na região. A criação de um parque com extensão de 5,5 quilômetros no qual verifica-se pouco envolvimento de grande parte da comunidade afetada levanta o alerta em relação às descondições sobre as particularidades desta paisagem, dos indivíduos, dos conflitos e tensões, que determinam muitas vezes as formas de apropriação do espaço. Essas descondições podem desencadear na dificuldade de apropriação desse espaço público por parte da comunidade. A pouca relevância do Parque Linear do Onça já pode ser percebida nas entrevistas realizadas. O parque não foi citado diretamente em nenhum momento, muito menos citado como uma grande obra que iria ofertar lazer e cultura para a região. Trata-se de espaços espacialmente próximos, mas simbolicamente distantes. Esse panorama reflete que projetos de infraestrutura urbana alinhados ao ideário de esverdeamento não são capazes de constituir, *per se*, a inclusão social (Haase D *et al.*, 2017).

“Eu acho que vai ser bom o parque, vai ter o parque, mas aí nós já não vamos estar mais aqui, aí não tem como dizer” (Z. 72 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2021)

O escasso acesso de informações sobre o projeto produz impressões de otimismo e incertezas na comunidade. Otimismo por aguardar melhoria na qualidade de vida do local e incertezas pelo desconhecimento dos trâmites do projeto. Essa situação permite analisar as percepções dos entrevistados sobre a cidade de Belo Horizonte no bojo de dois discursos que se alternam constantemente. De um lado, a forma idealizada de ver a cidade como produtora de urbanização, responsável pelas realizações das oportunidades nos espaços (acesso à moradia, serviços básicos, empregos, estudos, etc.). De outro lado, a coisificação da cidade, percebida como algo distante, “mistura de espaços não compartilhados, não vividos, uma exposição inconsciente de um sentimento de não apropriação, de não pertencimento, o qual mais tarde traz a família removida de volta para seu espaço, que é o da periferia” (Lopes, 2010). Os trechos abaixo retratam essas percepções:

“Eu vou pegar a indenização e cascar fora, vou morar na roça. Cidade não é pra mim. Se não for aqui que [eu] já acostumei não quero ir pro meio da cidade não. Muito menos ir pra apartamento, apartamento, não quero coisa. Vou querer ir pro mato mesmo, gosto da beirada de córrego, ficar perto da água. Criar uns bichos, as vezes só ir na cidadezinha mais perto resolver umas coisas pra não ficar tendo essas dores de cabeça que a gente tá tendo aqui agora nesse momento” (Z. 72 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2021)

“Eu acho que vai ser bom. Aí vai melhorar né, urbanizando o bairro fica melhor né, todo mundo fica interessado em morar pra cá (...) todo mundo gosta de morar aqui nesse Ouro Minas, não sei por quê.” (G. 61 anos, Bairro Vila Ouro Minas, 2020)

“Olha, se tiver o parque aqui acho que vai ter um lugar pra ir, mas mudar não vai mudar as coisas não, porque favela não é valorizado, a menos que o governo resolve urbanizar tudo e aí as pessoas começam a valorizar aqui” (C. 41 anos, bairro Vila Ouro Minas, 2020)

“Eu vou pegar a indenização e ir morar perto do Horto, eu sempre passo lá no ônibus e reparei que é um bairro bom com tudo perto, tem transporte e posto” (R. 27 anos, Bairro Vila Ouro Minas, 2020)

Os relatos acima apresentaram uma preocupação recorrente de autores da área, em relação ao fato de que a qualidade desses espaços passa a ser determinante para seu uso e apropriação. O pouco uso, apropriação, envolvimento e conhecimento dos espaços públicos estão ligados à inaptidão de projetos que não acompanham as mudanças e demandas sociais. Como tal, as premissas de ecologização elencadas nos discursos de planejamento urbano, são incapazes em considerar as diversas dimensões dos impactos sociais - podendo servir, involuntariamente, como mais um retrato frustrado no histórico das políticas urbanas (Haase D *et al.* 2017). Considerar esses projetos como soluções mágicas para os problemas da cidade não parece ser um caminho viável. No entanto, são soluções importantes a serem incluídas no planejamento urbano.

Essa pesquisa compreende a importância do propósito de apropriar a paisagem de modo a promover aperfeiçoamento das condições ambientais e sociais em busca de promover a justiça social e função social dos espaços através do direito à cidade. Porém, essa potencialização através de um projeto urbano deve estar estreitamente associada às demandas da própria comunidade. Isso envolve apreender as perspectivas sociais e ambientais dos moradores da comunidade em relação ao significado de morar em áreas consideradas vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existem dúvidas que cidades mais verdes podem contribuir para um aumento do bem-estar das populações. Contudo, a utilização crescente de estratégias de ecologização adotadas como em projetos de renovação urbana, modernização e revitalização, revelam-se como, antes de tudo, esforços orientados pelo mercado. Assim, a ecologização urbana não significa automaticamente que as cidades irão se tornar mais sustentáveis ou inclusivas. Infelizmente, a realidade dos projetos de intervenção de cunho ambiental ainda se baseiam nessa concepção, revelando propostas ambientalmente progressivas, mas socialmente seletivas (Anguelovski, 2015; Haase D *et al.* 2017). Isto torna questionável a amplitude da contribuição de tais propostas para o bem-estar de grande parte da população.

Neste artigo, apresentei as diferentes formas como os moradores das margens do ribeirão do Onça constroem e negociam os sentidos de risco em suas vidas e como a execução de um projeto de macrodrenagem e de um parque linear pode afetar essas percepções. Como as definições de risco são abertas a processos sociais de definição, é importante remontar como as disputas de definição de risco são estruturadas e quais são as assimetrias operantes que permitem compreender como essa categoria opera para cada esfera da sociedade. Aí está a importância de investigar como a distribuição do conhecimento se relaciona com a distribuição dos danos e ameaças, e como a distribuição das ameaças segue junto com a distribuição da autoridade e da legitimidade.

Na análise das representações dos entrevistados que estão sujeitos à remoção para a construção do parque, foi observado que há recategorização do que é risco por parte dos moradores. Para muitos dos entrevistados, o risco passa a ser associado à não permanência no local e a não garantia da posse e de seus ativos sociais, a possibilidade de despejo e outras privações cotidianas levam à relativização do risco físico. O apego ao lugar, associado aos laços criados ao longo da trajetória de vida com a vizinhança, as conquistas para a edificação da casa, aos hábitos e práticas cotidianas aparecem em primeiro plano em lugar do risco ambiental eminente. Entretanto, os riscos de inundação e deslizamentos retratados no Diagnóstico Propositivo se apresentam como mais um dos tantos elementos componentes do cenário cotidiano de dificuldades e privações.

Até o momento, as concepções, ideias e práticas existentes não têm abordado de forma adequada os desafios sociais e os compromissos pertinentes em relação a gestão de riscos socioambientais e o esverdeamento das cidades. Embora os Parques Lineares possuam atributos relacionados ao meio ambiente e à ecologia, falta-lhes um compromisso realista e sério com as realidades sociais do entorno, como as desigualdades sociais e socioespaciais e as diferentes capacidades dos habitantes urbanos de se beneficiarem dos bens sem sofrerem ônus. Ao planejamento urbano, o que lhes falta é uma compreensão verdadeiramente holística do papel que as estratégias de ecologização podem desempenhar, tanto em termos de oportunidades quanto de ameaças para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

REFERÊNCIAS

Anguelovski, I., et al. (2022). Green gentrification in European and North American cities. *Nature Communications*.

Beck, U. (1994). *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34.

Carvalho, I. C. M., Farias, C. R., & Pereira, M. V. (2011). A missão "ecocivilizatória" e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. In R. Oliveira & V. Trindade Jr. (Eds.), *Ambiente e Sociedade* (pp. 35–49).

Correa, A. C. V. (2022). "ACHO QUE O PARQUE VAI SER BOM, TEM QUE TER O PARQUE, MAS AI A GENTE JÁ NÃO VAI TÁ MAIS AQUI PRA VER": Estudo de caso do Parque Linear do Onça (Tese de doutorado, Universidade).

De Oliveira, F. L., & Mell, I. (2019). *Planning cities with nature*. Springer.

Foucault, M. (1999). *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes.

Gomes, M. A. S., & Pereira, S. M. M. (2015). QUANDO A FAVELA VIRA PARQUE: CONFLITO, REMOÇÃO E PRODUÇÃO DE ESPAÇO DE LAZER EM MADUREIRA, RIO DE JANEIRO. In III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - SSA.

Haase, D., et al. (2017). Greening cities—to be socially inclusive? About the alleged paradox of society and ecology in cities. *Habitat International*, 64, 41–48.

Limonad, E. (2013). A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. *Cadernos Metrópole*, 15(29), 123-42.

Lopes, E. (2010). O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte.

Manuelzão. (2023). "Parque do Onça" pode sair do papel. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/parque-do-onca-pode-sair-do-papel/#:~:text=Pampulha%2C%20Norte%20e%20Noroeste%2C%20est%C3%A1%20prevista%20a%20remo%C3%A7%C3%A3o,%20reassentamento%20de%201300%20fam%C3%ADlias%20de%20%C3%A1reas%20ribeirinhas> (<https://manuelzao.ufmg.br/parque-do-onca-pode-sair-do-papel/#:~:text=Pampulha%2C%20Norte%20e%20Noroeste%2C%20est%C3%A1%20prevista%20a%20remo%C3%A7%C3%A3o,%20reassentamento%20de%201300%20fam%C3%ADlias%20de%20%C3%A1reas%20ribeirinhas>).

Marchezini, V., & Forini, H. A. (2019). Dimensões sociais da resiliência a desastres. *Redes. Revista de Desenvolvimento Regional*, 24(2), 9-28.

Mayorga, N. (2013). Experiências de parques lineares no Brasil: espaços multifuncionais com o potencial de oferecer alternativas a problemas de drenagem e águas urbanas. Banco Interamericano de Desenvolvimento Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Motta, L. D. (2013). Sofrimento, responsabilização e desejo: uma análise dos processos decorrentes das mudanças de moradia no âmbito do Programa Vila Viva (Dissertação de mestrado, Universidade).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH). Secretaria Municipal de Políticas Urbanas. (2018). Diagnóstico Propositivo do Parque do Onça. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/plane>

[jamento-urbano/parquedoonca_diagnostico.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/parquedoonca_diagnostico.pdf)(https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/parquedoonca_diagnostico.pdf).

Observatório das Remoções de São Paulo. (2018). Disponível em: [http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/02/Observatorio_REMOCOES_2012_2015.pdf](http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/02/Observatorio_REMOCOE_S_2012_2015.pdf).

Sandeville Jr, E., & Angileli, C. M. M. (2013). "ST4-940 QUANDO A CASA VIRA PARQUE." Anais ENANPUR 15.1.

Silva, M. M. A. (2013). Aos destituídos, as cabeceiras: o lugar das favelas em Belo Horizonte. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 94-112.

Sayad, A. (1998). *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, A. Edusp.

Triguero-Mas, M., Dadvand, P., Cirach, M., Martínez, D., Medina, A., Mompert, A., ... & Nieuwenhuisen, M. J. (2015). Natural outdoor environments and mental and physical health: relationships and mechanisms. *Environment International*, 77, 35-41.

Valêncio, N., Siena, M., Marchezini, V. Gonçalves. (2009) *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora.

Vainer, C. B. (2000). *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. Vozes.

Vargas, M., A. R.. (2006). *Construção Social da Moradia de Risco: trajetórias de despossessão e resistência - a experiência de Juiz de Fora/MG*.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Declaro que não há conflito de interesses neste artigo.

MINIBIOGRAFIA

Ana Clara Viana Correa é Bacharel em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais e discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. Desenvolveu pesquisas na Sociologia Urbana, especialmente sobre riscos e gestão urbana.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.